

**A PRESERVAÇÃO DO CAMPESINATO  
NA ÁREA DO BREJO PARAIBANO:  
A LÓGICA INTERNA DE REPRODUÇÃO DAS PEQUENAS UNIDADES  
AGRÍCOLAS E A INTERVENÇÃO  
DOS PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS DE DESENVOLVIMENTO**

JOSEFA SALETE BARBOSA CAVALCANTI<sup>1</sup>

**RESUMO** - Pretendeu-se examinar as características internas de pequenas unidades agrícolas e o papel do Estado como estimulador da modernização do setor agrícola e como principal interessado na reprodução e preservação do campesinato. Foram estudadas famílias residentes em dois municípios da microrregião do Brejo Paraibano, São Sebastião de Lagoa de Roça e Aréia. A análise se concentrou em histórias de vida colhidas em um trabalho de campo realizado entre novembro de 1980 e maio de 1981, considerando-se também as políticas agrícolas e programas de desenvolvimento. Construiu-se um modelo do que constitui a diferenciação interna do campesinato de acordo com o tamanho da terra, o investimento em gado, uso de fertilizantes, uso de trabalhadores alugados, produção, tipos de casa de farinha e propriedade de veículos. Verificou-se o contraste no padrão de subsistência das duas comunidades. Destacou-se que a intervenção do Estado e a modernização agrícola na região é adicionada às estratégias de sobrevivência destas unidades agrícolas, contribuindo para reter a população rural na região.

**THE PRESERVATION OF PEASANTRY IN THE BREJO PARAIBANO AREA**

**ABSTRACT** - This work examines the internal characteristics of small agricultural units and the role of the State as a stimulator of modernization and the reproduction and preservation of rural peasantry. The families that were studied live in two counties of the Brejo Paraibano micro-region, São Sebastião de Lagoa de Roça and Aréia. The analysis concentrates on life histories that were obtained during fieldwork in November, 1980, and May, 1981. It took into consideration agricultural policies and development programs. A model of peasant internal differentiation was developed in accordance with land size, investment in cattle, fertilizer use, hired labor use, production, types of flour-producing mills, and ownership of vehicles. A contrast was verified in the subsistence standards of both communities. It was noted that State intervention and agricultural modernization in the region work, together with survival strategies of the agricultural units, toward avoiding migration from the region.

<sup>1</sup> Antropóloga, M.Sc., Ph.D., professora e pesquisadora do Departamento de Sociologia e Antropologia da Universidade Federal da Paraíba - UPB - CEP 58100 - Campina Grande, PB.

O objetivo central deste trabalho é discutir as condições em que se dá a preservação das unidades de pequena agricultura na área do Brejo Paraibano. Sem nos deter agora no debate sobre a transformação das relações de produção na agricultura nem nas discussões sobre a necessidade da manutenção de “formas camponesas” para a reprodução do Capital ou sobre as suas possíveis articulações, nós nos propomos a examinar de um lado as características internas dessas unidades e, de outro, o papel do Estado simultaneamente como estimulador da modernização do setor agrícola e também como principal interessado na reprodução desse campesinato.

A origem do campesinato nordestino, como historicamente revelada, deve-se à expansão da grande exploração monocultora dirigida para a exportação. As pequenas parcelas dedicadas à produção para subsistência surgiram para atender à demanda crescente da população – a consequência da expansão da “plantation” (Andrade 1973). Não obstante, essas atividades se mantiveram em caráter secundário não apenas no que se refere ao tamanho da terra que lhe é reservada mas, também, quanto às condições de localização e fertilidade do solo que lhes é dado a ocupar. É portanto difícil se falar de um campesinato livre ou independente em tais circunstâncias. É possível que exista um campesinato menos dependente apenas em áreas consideradas como não interessantes para a “plantation”. Localizado na periferia da “plantation”, esse campesinato encontra-se fadado a lutar contra uma série de dificuldades de ordem climática, edáfica, política e econômica. Por outro lado, também é observável a existência de pequenos sítios ou roçados situados em pontos circundados pela grande plantação que “permite” sua presença em áreas economicamente menos viáveis para sua expansão. É, portanto, devido a tal situação que escolhemos dois dos municípios da microrregião do Brejo Paraibano para estudar tal processo.

Para fins analíticos, focalizamos famílias residentes em dois municípios da microrregião do Brejo Paraibano que, por razões históricas, concentram estabelecimentos com destinação econômica diversa, i.e., o latifúndio usado para grande plantação de cana, orientada para o mercado externo e o minifúndio, orientado para as culturas de subsistência. Denominaremos as pequenas unidades agrícolas familiares do município, em que a grande plantação predomina, de unidades camponesas **mais dependentes**, e aquelas localizadas em áreas em que o minifúndio prevalece, de unidades camponesas **menos dependentes**.<sup>2</sup> Os dois municípios estudados são

<sup>2</sup> Este critério visa a estabelecer limites para uma abordagem que inclui as pequenas unidades camponesas como dependentes, de algum modo, da grande plantação, a qual, por razões conhecidas retém não somente a maior extensão de terras cultiváveis mas também os melhores solos e terras mais férteis. A ocupação seletiva do solo pela “plantation” vai permitir que áreas menos interessantes para sua exploração possam ser deixadas para as culturas mais orientadas para a subsistência e, assim, a pequena produção fica restrita não somente a pequenas extensões, mas aos solos mais pobres.

São Sebastião de Lagoa de Roça e Areia, os quais representam os municípios onde a maior extensão de terras é destinada a minifúndios e à grande plantação, respectivamente. Tal situação, associada aos tipos de cultivos feitos, vai condicionar os tipos de estratégias utilizadas num e noutro caso pelas unidades familiares e as formas pelas quais um processo de diferenciação interna ocorre.

Nós demonstramos que a dinâmica interna desse campesinato explica o porquê de sua preservação, que se dá num e noutro caso com características específicas, decorrentes das alternativas possíveis para a reprodução das unidades familiares.<sup>3</sup>

A nossa análise se concentra basicamente em histórias de vida colhidas durante um trabalho de campo realizado entre novembro de 1980 e maio de 1981.<sup>4</sup> Além desse estudo a nível micro, outros fatores, que condicionam os tipos de estratégias utilizadas, tais como as políticas agrícolas e programas de desenvolvimento, são considerados como elementos explicativos da preservação do setor camponês no Brejo Paraibano que consideramos, em outro nível, como parte de uma estratégia do Estado objetivando à retenção da população no campo.

A microrregião do Brejo Paraibano é uma das 12 microrregiões em que se divide o Estado da Paraíba. Ocupa uma área de 1.105 km<sup>2</sup> distribuída entre nove municípios,<sup>5</sup> o que corresponde a 2% do território do Estado. Sua população, entretanto, é de 123.239 habitantes (Fundação IBGE 1981), o que representa 4,4% da população do Estado da Paraíba. Constitui-se na terceira microrregião do Estado em termos de densidade demográfica, 111,53 habitantes por km<sup>2</sup> e 70% de sua população é considerada rural, de acordo com os critérios do IBGE.

O povoamento do Brejo Paraibano se deu de forma similar àquele do Nordeste em geral. As áreas úmidas foram destinadas às culturas para exportação. Os ciclos da cana-de-açúcar e do algodão foram seguidos por aqueles do café e do sisal enquanto que a área deixada por aquelas culturas era usada pela agricultura de subsistência. A cultura mais persistente é a cana-de-açúcar, que sobreviveu aos altos e

<sup>3</sup> Uma análise da composição dos orçamentos de unidades familiares de pequenos produtores, cultivando um lote de até 50 hectares, baseada em dados de 1978, revela como receitas de fontes diversas, de atividades não necessariamente agrícolas, passam a compor aqueles orçamentos.

<sup>4</sup> É importante considerar que os municípios selecionados estão incluídos numa área mais ampla na qual um projeto de desenvolvimento rural integrado, dentro do Programa POLONORDESTE, foi implementado.

<sup>5</sup> Alagoa Nova, Arara, Aréia, Bananeiras, Borborema, Pilões, Píripituba, São Sebastião de Lagoa de Roça e Serraria.

baixos do mercado, marcando assim a paisagem do Brejo. Comparado com o padrão regional, o Brejo Paraibano foi inicialmente área de pequenos estabelecimentos resultantes das divisões de sesmarias, decorrentes do absentismo dos primeiros sesmeiros ou da divisão das propriedades pelas regras de herança. Este fato o tornou uma área com cultura diversificada até o fim do século XVIII, quando o cultivo dos produtos para exportação tornou-se dominante. Desde então as culturas básicas para subsistência ficaram relegadas a terras sem utilidade para a "plantation" e cultivadas pela população mais pobre.

No processo de povoamento do Brejo Paraibano, como aconteceu no Nordeste em geral, a produção para subsistência foi relegada a um plano secundário. Esta característica permanece, embora com certa modificação; os grandes estabelecimentos que abrigavam a "plantation" e os engenhos tornaram-se produtores para a Usina "fornecedores" (Sá 1980). Os estabelecimentos menores continuaram, como sempre, a abastecer com produtos de subsistência à população que crescia com a expansão das grandes propriedades e a fornecer estas com mão-de-obra ocasional. Apesar da intensificação de suas relações com o mercado — bancos, patrões, intermediários e sindicatos que lhes proporcionam interação contínua com instituições fora dos limites de suas comunidades —, os pequenos produtores estão submetidos às mesmas vicissitudes.

A cultura da cana-de-açúcar permanece como a principal do Brejo Paraibano representando 22,62% da cana produzida no Estado da Paraíba. A cana-de-açúcar é cultivada de modo extensivo, expandindo sua área quando quer que se faça necessário o aumento de sua produção. Recentemente, com a introdução do Programa PROÁLCOOL, pelo IAA, um estímulo maior foi dado à concentração de terra. Em consequência, os grandes estabelecimentos estão decrescendo em número e crescendo em área. Os pequenos estabelecimentos crescem em número, mas não aumentam proporcionalmente em área. Os estabelecimentos médios, por outro lado, estão decrescendo em número como também em área. Pela área apropriada, os latifúndios dominam (Tabela 1).

A expansão das grandes propriedades e o desaparecimento das médias empobreceu a população e ocasionou um decréscimo na população de subsistência para a população local e regional. A área com cana-de-açúcar chega às portas das casas de alguns dos moradores dos engenhos desativados. Os produtos de subsistência são cultivados quase que exclusivamente em estabelecimentos menores do que 50 ha, porque "os outros", como nos disse um dos extensionistas rurais da EMATER, "não plantam mais do que cana-de-açúcar".

TABELA 1. Distribuição da terra na micro região do brejo paraibano (INCRA, 1976).

Municípios	Total			Minifúndios			Empresas rurais			Latifúndios			
	N.º	%	Área	%	Número	Área	%	Número	Área	%	Número	Área	%
Alagoa Nova	1.250	100,0	14.547,2	100,0	91,6	34,6	0,6	2,9	7,8	62,4			
Arara	573	100,0	5.345,3	100,0	96,9	60,1	-	-	3,1	39,9			
Areia	962	100,0	31.136,0	100,0	83,2	13,9	2,2	14,7	14,6	71,4			
Bananeiras	1.054	100,0	25.752,9	100,0	86,4	22,9	1,9	19,7	11,7	57,3			
Borborema	104	100,0	2.878,9	100,0	76,0	14,2	1,9	7,7	22,1	78,1			
Pilões	143	100,0	10.528,7	100,0	58,7	4,1	0,7	0,7	40,6	95,2			
Pirpirituba	430	100,0	7.888,0	100,0	89,3	30,3	0,2	2,9	10,5	66,8			
S. S. de Lagoa de Roça	604	100,0	3.157,8	100,0	99,0	72,9	0,2	1,6	0,8	25,5			
Serraria	715	100,0	9.798,4	100,0	92,0	30,1	0,8	9,2	7,1	60,6			
Total	5.835	100,0	111.033,2	100,0	89,4	24,3	1,0	10,4	9,6	65,3			

FONTE: INCRA - Estatísticas Cadastrais - 1976. Tabulações Especiais, SUDENE, UFPE-UFPB. UFPb, 1979.

A relação do campesinato com a "plantation" deve, portanto, ser considerada. Deste modo, como denominamos, as unidades camponesas localizadas na periferia da "plantation" são dela menos dependentes (Lagoa de Roça) e aquelas situadas dentro dos limites da "plantation" são mais dependentes (Areia).

#### Unidades menos dependentes

Maioria dos estabelecimentos =  
= minifúndios com menos de 10 ha.

Apropriação da área total por minifúndios = 72,9%

Distribuição da terra mais homogênea

Percentual da população ativa ocupada na agricultura = 90,7%

Produção agrícola mais diversificada (principalmente para subsistência)

#### Unidades mais dependentes

Maioria dos estabelecimentos = latifúndio

Apropriação da área por minifúndios = 13,9%

Maior disparidade na distribuição da terra

Percentual da população ativa ocupada na agricultura = 76%

Produção agrícola mais especializada.

Investigando-se as condições de sobrevivência das unidades camponesas num e noutro município é possível observar-se as alternativas que lhes são oferecidas e quais são as estratégias usadas por essas unidades para assegurar sua preservação e continuidade durante um ciclo de vida. Neste contexto, a questão referente à obtenção e uso da terra apresenta-se como elemento crucial para análise. Os casos por nós estudados (27) revelam que para aqueles que constituem o grupo dos menos dependentes a terra foi obtida, em 67% dos casos, através da herança. Para os mais dependentes, este percentual cai para 11% (Ver Tabela 2). Contudo, verificamos que mesmo aqueles que receberam um lote como herança, sua manutenção como instrumento de trabalho<sup>6</sup> está associada ao uso de mecanismos pela unidade familiar, objetivando sua retenção por pelo menos um dos representantes do grupo doméstico original.

Nas condições em que se reproduz esse campesinato é, portanto, possível afirmar que se as leis de herança fossem seguidas estritamente, a dissolução desse

<sup>6</sup> Para o camponês, a terra não é apenas um fator de produção mas um instrumento de trabalho. "O uso da terra como um instrumento de trabalho significa que o trabalho é investido na terra na expectativa de um retorno futuro". (Meillassoux, 1978: 160).

campesinato ocorreria de modo mais rápido. Esses pedaços de terra são, por razões históricas, de tamanho mínimo, e as nossas regras de herança bilateral permitem determinar que filhos e filhas tenham direitos iguais na partilha da propriedade dos pais. Conseqüentemente, seria de se esperar que após um número  $x$  de gerações o processo de divisões sucessivas tornaria a terra imprestável para o cultivo. Entretanto, como tem sido observado em diferentes sociedades, as regras de herança, na prática, deixam de ser observadas para atender às exigências de continuidade do campesinato. Em situações de escassez de terra, regras de herança por partilha podem, através de mecanismos internos ao grupo, permitir que apenas um dos herdeiros permaneça como cultivador (Wolf 1970). A concessão do dote às mulheres ou a compra e venda de terra entre irmãos são outros mecanismos utilizados para evitar o esfacelamento do lote original.

As histórias de vida das famílias estudadas revelam um processo de mobilidade cíclica. Quanto maior o roçado original maior a chance de que este venha a se dividir nas gerações subseqüentes, garantindo aos herdeiros a obtenção do seu sustento através da terra. Todavia, esses herdeiros não terão como prover os seus descendentes como os mesmos meios; é então que as estratégias outras de sobrevivência devem ser buscadas. Entre as alternativas que se oferecem ao grupo estudado consideramos:

- a) alternativas internas — aquelas existentes na própria microrregião ou áreas circunvizinhas; e
- b) alternativas externas — aquelas que exigem o deslocamento de indivíduos para outras áreas ou regiões — como a migração.

Para manutenção dos indivíduos na área, além do trabalho na terra, encontra-se as atividades não agrícolas. Entre estas estão os serviços públicos, o artesanato e o setor de pequenos negócios. A renda obtida em tais atividades é um complemento à agricultura. Os funcionários públicos, por exemplo, podem não ser bem remunerados mas têm posição de prestígio pelo acesso que lhes é facultado à burocracia estatal. (Cavalcante 1982).

Os mecanismos desenvolvidos para garantir um pedaço de terra e o uso de outras alternativas para a sobrevivência revelam que este campesinato não forma em si um todo homogêneo; há um processo de diferenciação interna que, se pelas razões exploradas não leva a uma polarização das classes sociais no campo, não deixa de demonstrar uma certa gradação, uma escala que indica a existência de camponeses pobres, médios e ricos. Tais categorias, como constituídas, não são em si absolutas pois, um camponês rico, por exemplo, está muito aquém do que seria

TABELA 2. Fontes de obtenção da propriedade da terra.

Unidades familiares por área de propriedade	Fontes através das quais a terra foi obtida		
	Herança %	Outras %	Total %
S.S. de Lagoa de Roça	67,0 (12)	33,0 (6)	100
1 - 5 ha (9)	54,0	46,0	100 (13)
5.1 - 60 ha (9)	29,0	71,0	100 (17)
Total (1)	40,0	60,0	100 (30)
Areia	11,0 (1)	89,0 (8)	100
1 - 39 ha	5,0	95,0	100 (18)
Todas (27) <sup>1</sup>	48,0	52,0	100 (48)

<sup>1</sup> O número total de unidades familiares é 27. As famílias obtiveram a terra de mais de uma fonte; o número de fontes é, portanto, maior do que o número de unidades domésticas.

o rico, caso se dividisse a sociedade regional em classes. Deste modo, utilizando uma lista qualitativa de categorias de exploração rural (cf. Shanin 1978), nós construímos um modelo do que constitui a diferenciação interna desse campesinato de acordo com o tamanho da terra, o investimento em gado (n.º de cabeças), uso de fertilizantes, uso de trabalhadores alugados, produção para o mercado, tipos de casa de farinha e propriedades de caminhões e outros veículos, atribuindo-se a cada categoria um sinal positivo e/ou negativo.

O resultado obtido revela: (ver Tabela 3).



TABELA 3. A diferenciação interna do campesinato.

Categorias	Rico	Médio	Pobre
Terra	+	±	-
Gado	±	±	-
Fertilizantes	+	±	-
Trabalhador alugado	+	-	-
Produção para o mercado	+	±	-
Casa de farinha	±	+	-
Veículos	+	-	-

Verificamos ainda que nos dois casos existe uma dependência grande do mercado. Se observarmos a composição da despesa familiar monetária (Tabela 4) (Areia 24 unidades, Lagoa de Roça 31 unidades; composição média: 5.1 e 6.1 indivíduos por unidade familiar), vemos que 43,8% de despesas são relativas à compra de alimentos no caso de Areia e 54.5% no caso de Lagoa de Roça (embora a média de membros por família seja mais baixa no primeiro caso). Outro item que sobressai no caso de Areia é o pagamento de empréstimos, 11.9%, enquanto que em Lagoa de Roça este item atinge 4.4% da despesa, o que demonstra uma maior dependência dos camponeses de Areia com relação ao crédito. Por outro lado, verificando-se as fontes de renda em cada caso, 80% da renda familiar em Lagoa de Roça provém de atividades agrícolas, enquanto que este componente representa 90% no caso de Areia. A maior parte da renda agrícola de Areia provém de produtos comerciais tais como: cana-de-açúcar, algodão, frutas e verduras (77%). Em contraste, em Lagoa de Roça a maior contribuição da renda de produtos agrícolas é dada por mandioca, batata-doce e feijão (58,4%). Produtos especialmente comerciais como batatinha (26,4%), fumo (2,7%), e algodão (8,2%) constituem 37,3% da renda de produtos agrícolas.

O contraste no padrão de subsistência das duas comunidades explica não apenas o caráter da economia dessas unidades camponesas, como também a polarização mais evidente em Areia, onde a produção é mais especializada em produtos comerciais. O caráter mais homogêneo da economia camponesa em Lagoa de Roça é baseado na predominância da produção de alimentos que servem simultaneamente para subsistência e para serem vendidos nos mercados da região.

A renda não-agrícola, que representa 20% da renda total em Lagoa de Roça, é de igual importância para os estratos médio e pobre daquela população, tenden-

TABELA 4. Despesa monetária média por residência nas duas comunidades (1978).

Despesas	Areia (24 famílias) Tamanho médio 5,1 membros %	Lagoa de Roça (31 famílias) Tamanho médio 6,1 membros %
	Aluguel de Terra	1,6
Aluguel de Máquinas	0,2	0,1
Gastos com Habitação	9,6	8,5
Manutenção de Máquinas	3,1	0,5
Juros sobre Empréstimos	4,9	1,0
Pagamentos de Empréstimos	11,9	4,4
Impostos e Taxas	3,3	0,9
Previdência Social	0,8	0,5
Alimentação	43,8	54,5
Bebidas e Cigarros	1,0	2,8
Vestuário	7,7	9,2
Saúde	4,5	5,3
Escola	1,7	2,8
Transporte	6,1	9,1
Total (cruzeiros)	37.406	39.988

1. Isto inclui despesas com eletricidade, reparos e manutenção. Uma parte mínima é gasta com eletricidade.
2. O consumo de alimentos *per capita* em Areia foi de Cr\$ 3.212,00 comparados com Cr\$ 3.460,00 em Lagoa de Roça. O maior número de pessoas por residência em Lagoa de Roça explica porque as despesas com alimentação, vestuário, educação e escola são proporcionalmente maiores.

do a nivelar as diferenças dentro da comunidade. Quanto maior o roçado, menor a soma absoluta da renda não-agrícola. Em Areia, a renda não-agrícola é também alta no caso das unidades pobres. Contudo, esta não é uma fonte de renda importante para os outros estratos, demonstrando ainda a polarização presente em Areia (ver Tabela 5).

Necessário se faz agora compreender o caráter da ação do Estado junto a esse campesinato. Os camponeses do Brejo Paraibano, como parte da economia nacional, estão sujeitos a um contínuo intercâmbio de forças que transformam sua sociedade

TABELA 5. Fontes de renda \*

Fontes	Renda média (Cr\$)	
	Areia	Lagoa de Roça
<b>A — Produção Agrícola e Pecuária</b>		
a) Algodão, açúcar, e fumo	24.788	2.253
b) Batatas	-	5.541
c) Verduras	2.718	-
d) Cereais	8.129	13.228
Leite e ovos	928	64
Bovinos, aves e suínos	6.491	8.912
<b>B — Renda não agrícola</b>		
a) Salários	3.354	6.967
b) Terra alugada	258	-
c) Dinheiro enviado por migrantes	979	306
d) Outros (artesanatos, etc)	619	488
Renda média total	48.264	37.759
Débitos	5.604	3.388
Poupança	416	4.364

\* Dados do Survey, 1978.

e seu modo de vida. Observamos que tais forças têm tornado esses camponeses mais dependentes do mercado para vender e comprar mercadorias. A intervenção massiva do Estado, como principal agente das forças que atuam no setor camponês, nos anos recentes, alterou tanto as condições da comercialização quanto da produção. Entretanto, esta ação não é realizada sem uma participação ativa desses produtores que, bem atentos à interferência de fora em seus afazeres, tentam selecionar o que consideram útil para os seus interesses. A visível intervenção do Estado na implementação do desenvolvimento agrícola na área estudada não se constitui numa ação isolada e sim em parte da política nacional dirigida para a agricultura.

O principal objetivo da intervenção do Estado na agricultura é o crescimento da produção. Para estimular este crescimento o Estado depende da diferenciação dos produtores que resultam na seleção de grupo de agricultores empreendedores

que respondem aos incentivos financeiros concedidos. O Estado, entretanto, não pode permitir que a diferenciação ocorra a tal ponto que atinja resultados indesejáveis, pois esse estado não é apenas um estado de "crescimento" mas também de "bem-estar social". Tal circunstância é crucial para entender o seu caráter ambivalente em relação à agricultura. O Estado está dividido inerentemente em termos dos interesses representados por políticos de setores que se tornam dominantes de acordo com as prioridades do período. Há um conflito implícito entre as agências estatais responsáveis pela implementação da modernização e aquelas responsáveis pelo planejamento e implementação das políticas agrícolas. Há um divórcio entre os **planejadores da modernização** e os **planejadores da agricultura** (Mueller, 1979:50). Devido ao controle exercido pelos **planejadores da modernização**, os **planejadores da agricultura** não têm outra opção a não ser aceitar seus planos, mesmo quando estes não se constituem nas melhores opções para a agricultura. A modernização da agricultura no Brasil sempre dependeu de investimentos: investimentos em facilidades para comercialização, crédito subsidiado para uso de fertilizantes e maquinário agrícola, aumento de crédito para despesas de cultivo e implementação efetiva de um programa de preço mínimo (Smith 1969). Somente a partir dos anos 60 é que algumas medidas de bem-estar são introduzidas (Estatuto do Trabalhador Rural, Estatuto da Terra, INCRA, FUNRURAL), para aliviar as condições de pobreza do homem do campo. Contudo, esses instrumentos não alteraram os principais fatores estruturais responsáveis pelas mesmas.

É nos anos 70, entretanto, que a produção doméstica de alimentos tornou-se uma preocupação maior do Governo (Palhano 1982; Goodman & Redclift 1981). Foi feito um esforço para introduzir mudanças estruturais, principalmente através dos trabalhos de pesquisa e extensão, como atestam a criação da EMBRAPA e EMBRATER. Atenção especial aos pequenos produtores (na época chamados de baixa renda) é recomendada uma vez que eles são considerados responsáveis pela produção da maior parte dos alimentos para abastecer as cidades.<sup>7</sup>

As políticas recomendadas são baseadas nos serviços de extensão aliadas à provisão de crédito para facilitar o uso de pacotes tecnológicos, em que o uso de fertilizantes é considerado o meio principal para melhorar produção e produtividade. O crédito subsidiado está sempre ligado à produção de culturas específicas, forçando o produtor a uma especialização de produtos.<sup>8</sup> Como foi analisado por Silva (1980) essas ações contribuem para tornar a unidade camponesa mais depen-

<sup>7</sup> Não deve ser deixado de lado o que a produção de alimentos representa para as trocas internacionais.

<sup>8</sup> Necessário se faz uma análise do papel das agências internacionais de financiamento, notadamente Banco Mundial e seus projetos de desenvolvimento para os países do Terceiro Mundo.

dente do mercado, em níveis diferentes: para comprar insumos, instrumentos e terra; para vender os produtos e para vender e comprar a força de trabalho.

Todavia, o setor agrícola caminha lentamente em direção à modernização, apesar desses "incentivos". No caso específico do Nordeste, o Estado passa a interferir mais diretamente na organização da produção. O POLONORDESTE, por exemplo, intervém para fazer com que os pequenos produtores adotem novas práticas agrícolas. Mas torná-los dependentes do capital não é um processo tão fácil, como tem sido reconhecido pelas agências. A resposta dada aos seus projetos não tem sido entusiástica e as agências consideram o processo de mudanças dentro desse setor como "desanimador".

Agências como o Banco Central e o Banco do Brasil têm questionado o crédito subsidiado para a produção de alimentos mas, apesar das divergências entre setores do Estado, o crédito subsidiado ligado a pacotes tecnológicos promove a capitalização da nossa área rural, estimulando a acumulação e diferenciação interna do campesinato.

As tentativas feitas para modernizar o setor camponês no Brejo Paraibano têm como objetivo explícito melhorar as condições de vida da população rural e impedir a migração. O aumento da produtividade de produtos selecionados tem como objetivo suprir o mercado urbano de alimentos e aumentar a renda da população rural. O intercâmbio entre mercado e produtor representado pela quantidade de bens trazidos ao mercado pelos produtores e a renda recebida é a medida de eficiência das estratégias do PDRI (Projeto de Desenvolvimento Rural Integrado). Contudo, o aumento da produtividade requer não apenas facilidades para comercialização mas uma série de outros elementos estruturais tais como terra, capital e trabalho, como reconhecido pelo próprio Projeto (Comissão Estadual de Planejamento Agrícola 1978). Além disso, o uso de fertilizantes torna-se indispensável para melhorar as condições do solo. O fertilizante é caro e a maioria dos produtores não tem condições de adquiri-lo. Para atingir seus fins, o Estado tem que encontrar alguns aliados que, nesta situação, serão encontrados entre os camponeses mais ricos (Long & Roberts 1978). Por outro lado, para alcançar mobilidade econômica o camponês mais capitalizado encontra no Estado o suporte financeiro que ele estava buscando. Esses aliados conhecem as regras do jogo: o Estado financiará a diferenciação dos camponeses mas, até um certo nível, que ele próprio define. O grau de acumulação entre os pequenos produtores é, entretanto, cuidadosamente vigiado pelo Estado que controla a quantia do crédito subsidiado, estabelecendo os limites acima dos quais os subsídios decrescem.<sup>9</sup> A dependência do crédito concedido dificulta a

<sup>9</sup> Interessante observar atualmente as discussões sobre aumento de juros para o setor agrícola.

acumulação dentro da unidade de produção. Sem dúvida, o novo tipo de camponês (transformado pelo capital) tem seu excedente apropriado pelo capital, que deixa apenas o que supriria as condições mínimas para sua reprodução como pequeno produtor.<sup>10</sup> Mas, quanto mais dependente do capital, mais sujeito aos riscos que tal situação produz. Essa é uma das razões pela qual o Estado nem sempre encontra os aliados procurados.

Uma área cujas dificuldades ainda não foram resolvidas é a área da comercialização. Contraditoriamente, a criação de um mercado para o produtor na área tem fortalecido os intermediários, que deveriam ser eliminados, devido às exigências e condições impostas para comercialização (empacotamento e apresentação das mercadorias).

Um outro tipo de dificuldades refere-se a fazer a mensagem do projeto chegar aos produtores. O esforço feito pelos extensionistas da EMATER, que acreditam que a adoção de procedimentos adequados melhorará a produtividade e que os juros para os empréstimos são tão baixos que um produtor não deveria pensar duas vezes em aceitá-lo, não é compartilhado por muitos dos produtores; a resposta obtida não é a desejada. Vejamos o porquê de tal resposta:

- a) a incerteza do preço do produto à época de colheita (maior oferta, menor preço). O produtor não tem condições de armazenar a produção, não por causa da falta de condições para armazenar mas devido a débitos contraídos anteriormente;
- b) a necessidade de evitar riscos. O caso da batatinha serve de exemplo: além de requerer mais e mais força de trabalho especializado, ela requer mais fertilizantes e trabalho intensivo em certas etapas do cultivo, além de ser um produto mais perecível e estar sujeito às altas e baixas do mercado. Assim, os produtores tendem a concentrar sua produção em outras culturas, tais como mandioca, feijão e batata doce (Lagoa de Roça), e a área plantada com batatinha decresce embora aumente a produtividade;
- c) as dificuldades burocráticas inerentes à obtenção de crédito são sentidas não apenas pelo produtor, mas também pelos órgãos executores do projeto. Há uma defasagem entre o crédito concedido para 1 ha cultivado e aquele que seria realmente necessário. Isto gera uma certa desconfiança do

<sup>10</sup> Essa discussão foi também objeto de um trabalho recente de da Silva (1980:15) que considera que não é a reprodução do camponês, enquanto provedor da força de trabalho que é protegida, mas a sua reprodução, enquanto pequeno produtor, que deve ser assegurada.

produtor em relação ao POLONORDESTE por não poder compreender porque o Governo planeja algo que ele não tem condições de cumprir.<sup>11</sup>

Além dessas dificuldades, há outras relacionadas com os princípios morais desses produtores, para os quais a pior situação que existe é dever a alguém;

- d) a instabilidade do inverno e a qualidade do solo que provocam incerteza quanto aos resultados da colheita;
- e) um outro aspecto refere-se à questão do conhecimento. Como o crédito está ligado à assistência técnica, alguns produtores não se sentem satisfeitos com a intervenção de "estranhos" na sua unidade de produção, além de não aceitarem o controle decorrente da aceitação do crédito e uso dos insumos recomendados. Isto é devido ao medo da inflação, que muitas vezes atinge 100% quando o produtor vai receber a última parcela de crédito, que é um estímulo para que as despesas com fertilizantes sejam cortadas.

Tais dificuldades na aceitação da intervenção do Estado nos negócios de pequena agricultura não são inerentes a um camponês passivo ou avesso às mudanças. Pelo contrário, as histórias de vida revelam uma grande capacidade de resistência desses pequenos produtores a essas vicissitudes. Além da auto-exploração da força de trabalho familiar, mudanças de produtos cultivados e outras estratégias, eles têm demonstrado que, embora não possuindo organização formal, são capazes de subverter os programas governamentais, intensificando o cultivo de produtos que exigem menos gastos e são sujeitos a menos riscos. Se tais estratégias não forem suficientes, eles migrarão, obterão mais educação e contribuirão de alguma forma para a preservação de suas unidades de produção na área. Uma política voltada para essas unidades deve levar tais fatos em consideração.

Entretanto, para concluir nossa reflexão, há um ponto também ambíguo: a contínua presença do Estado como a maior fonte de fundos e oportunidade de empregos em cada uma das menores localidades do País, mantendo e controlando o campesinato. A soma de investimentos à disposição dos projetos para pequenos proprietários é considerável. O aumento do número de organizações técnico-burocráticas no PDRI do Brejo Paraibano é um fato, e cada uma delas é responsável por um dos componentes do Projeto; o mesmo se aplica para a distribuição de re-

---

<sup>11</sup> Veja-se os casos de retenção do crédito pelos Bancos para a compra de fertilizantes.

curso. Tal situação oferece centenas de empregos nos vários setores de atuação do Projeto naquela área.

O total da intervenção do Estado nas áreas rurais aumenta e cria novas oportunidades de emprego. Se isto não resolve os problemas da estrutura agrária, reforça as estratégias das unidades camponesas de combinar renda agrícola e não agrícola. Deste modo, a intervenção do Estado é adicionada às estratégias de sobrevivência daquelas unidades e contribui para reter a população rural na área. Resta ainda questionar se este seria o objetivo primordial de suas políticas.

## REFERÊNCIAS

- ANDRADE, M.C. de. *A terra e o homem no Nordeste*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1973.
- CAVALCANTI, J.S.B. *The making of peasant survival: continuity and change in rural Northeast Brazil - the brejo paraibano case*. Manchester, University of Manchester, 1982. Tese Doutorado.
- COMISSÃO ESTADUAL DE PLANEJAMENTO AGRÍCOLA, João Pessoa, PB. *PDRI do Brejo Paraibano*. João Pessoa, 1978. 7v.
- FUNDAÇÃO IBGE. *Paraíba, Sinopse preliminar do censo demográfico IX*. Rio de Janeiro, 1981. Recenseamento Geral do Brasil, 1980. v.1, t.1.
- GOODMAN, D. & REDCLIFT, M. *From peasant to proletarian*. England Basil Blackwell, 1981.
- LONG, N. & ROBERTS, B. *Peasant co-operation and capitalist expansion in central Peru*. The University of Texas, Institute of Latin America, 1978. (Latin American Monograph, 46).
- MEILLASSOUX, C. *The social organization of the peasantry: the economic basis of Kinship*. In: SEDDON, D. *Relations of production; Marxist approaches to economic anthropology*. London, Frank Cass and Company Limited, 1978.
- MUELLER, C. *A frame of reference for a study of agricultural policy making in Brazil*. Manchester, s.ed., 1979. Mimeografado.



## A PRESERVAÇÃO DO CAMPESINATO

- PALHANO, M.R. **Labour and the state in regard to brazilian agriculture; the case of the Triangulo Mineiro.** Manchester, University of Manchester, 1982. Tese Doutorado.
- SÁ, M.B. de. **Os engenhos rapadureiros e a expansão da agroindústria açucareira no município de Areia, microrregião do brejo paraibano.** Recife, Universidade Federal de Pernambuco, 1980. Tese Mestrado.
- SHANIN, T. **The awkward class.** London, Oxford University Press, 1972.
- SILVA, J.G. da. **A pequena produção e as transformações da agricultura brasileira.** s.l., s.ed., 1980. Versão revisada do trabalho apresentado no Seminário sobre Dinâmica de la Economía Campesina y el Ejemplo en America Latina, Chile, CLACSO. Mimeografado.
- SMITH, G.W. **Brazilian agricultural policy 1950-1967.** In: ELLIS, H.J. **The economy of Brazil.** University of California Press, 1969.
- WOLF, E.R. **Sociedades camponesas.** Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1970.